



ENVOLVENTE EMPRESARIAL

ANÁLISE DE CONJUNTURA

3º TRIMESTRE 2023

EDIÇÃO ELETRÓNICA



Análise elaborada com dados e destaques de enquadramento até meados de outubro.

Índice de Assuntos

FICHA TÉCNICA

Propriedade

CIP - Confederação
Empresarial
de Portugal
Praça das Indústrias
1300-307 LISBOA

Diretor

João Costa Pinto

Edição

CIP - Departamento de
Assuntos Económicos

Coordenação

Pedro Capucho

Redação

Cristiano Cunha
Mariana Silva
Lurdes Fonseca
Paulo Caldas

Sede do Editor e da Redação

CIP - Confederação
Empresarial
de Portugal
Praça das Indústrias
1300-307 LISBOA

NIF

500 835 934

Design Gráfico

Mariana Barros

Periodicidade

Trimestral

ISSN

2183-198X

Registo na ERC

117830

É autorizada a
reprodução dos
trabalhos publicados,
desde que citada a
fonte e informada
a direção da revista.

Estatuto Editorial

Disponível [online](#).

EDITORIAL	4
1. ENQUADRAMENTO	6
1.1 Enquadramento internacional	6
1.2 Enquadramento nacional	8
2. ATIVIDADE ECONÓMICA GLOBAL	10
2.1 PIB e outros indicadores de atividade	10
2.2 Projeções macroeconómicas nacionais e internacionais	13
2.3 Constituições, dissoluções e insolvências de empresas	16
3. INTERNACIONALIZAÇÃO	18
3.1 Comércio internacional	18
3.1.1 Comércio internacional de bens	18
3.1.2 Comércio internacional de serviços	23
3.1.3 Balança de bens e serviços	24
4. FINANCIAMENTO	25
4.1 Taxas de juro	25
4.2 Crédito	27
5. MERCADO DE TRABALHO	29
6. CUSTOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS	32
7. CUSTOS DA ENERGIA	33
7.1 Combustíveis	33
8. INFLAÇÃO, CÂMBIOS E COMPETITIVIDADE PELOS CUSTOS	34
8.1 Inflação e câmbios	34
8.2 Competitividade pelos custos laborais	35
9. AJUSTAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA	36
9.1 Equilíbrio externo	36
9.2 Contas públicas	37

EDITORIAL

Há três meses, afirmava neste espaço que a visão otimista resultante dos resultados surpreendentemente favoráveis do primeiro trimestre devia ser temperada com uma análise mais profunda da realidade conjuntural e estrutural da economia portuguesa, bem como dos riscos decorrentes de um enquadramento externo incerto e adverso. Alertava, a este propósito, que o bom desempenho no primeiro trimestre tinha uma natureza meramente pontual.

Bastaram dois meses para que os resultados do segundo trimestre arrefecessem os ânimos e revelassem a vulnerabilidade da economia portuguesa face ao “menor dinamismo nos principais parceiros comerciais, os efeitos da inflação e a maior restritividade da política monetária”, como resume o Banco de Portugal no seu Boletim Económico de outubro.

A economia estagnou no segundo trimestre, estima-se que tenha permanecido estagnada no terceiro trimestre (o Banco de Portugal aponta mesmo para uma ligeira contração em cadeia) e as perspetivas são de um crescimento baixo até ao final do ano. Depois das revisões em alta que se seguiram à divulgação dos resultados do primeiro trimestre, as mais recentes projeções voltaram a ser revistas em baixa e coincidem agora numa taxa de crescimento em 2024 da ordem de 1,5%.

A atual degradação da evolução da atividade económica é explicada pela diminuição das exportações (mais intensa do que a das importações) e pela contração em cadeia mais profunda da FBCF. Apenas a ligeira melhoria do consumo está a impedir a contração do PIB. Curiosamente, são precisamente as exportações e o investimento que, de acordo com as mais recentes projeções, estão na base da ligeira melhoria esperada para o crescimento em 2024.

Neste cenário de travagem da economia e perspetivas de crescimento medíocre para o próximo ano, não se esperando uma inflexão na política monetária (quando muito a manutenção das taxas de juro nos tempos mais próximos), quais as perspetivas para a política orçamental?

Sem pretender analisar em profundidade a Proposta de Orçamento do Estado para 2024, constato que aumenta a ambição no que respeita à trajetória projetada para o saldo orçamental e para a dívida pública, relativamente ao previsto no Programa de Estabilidade, apresentado há apenas seis meses. Nele constava, para 2024, um défice de 0,2% do PIB e um rácio de 103,0% para a dívida pública. A Proposta de Orçamento do Estado prevê para 2024 um excedente de 0,2% do PIB e uma dívida pública de 98,9% do PIB. Para este aumento de ambição contribuíram desvios (em 2023) que tornaram a política orçamental, na sua execução, menos favorável ao objetivo do crescimento económico sustentado pelo investimento (quer público, quer privado) e por ganhos de competitividade.

Quanto às principais medidas que constam desta Proposta, as que possuem alguma expressão têm como objetivo o aumento do rendimento disponível das famílias. Já as que se dirigem ao estímulo ao investimento e à capitalização das empresas são de impacto muito diminuto.



A Proposta falha, sobretudo, pela falta de medidas favoráveis ao crescimento, assente na produtividade, sem o qual não será possível um aumento sustentável dos rendimentos dos portugueses.

Não será este, na minha opinião, o rumo adequado para contrariar os efeitos de um enquadramento externo adverso. Muito menos será o rumo capaz de propiciar um processo de mudança estrutural que nos liberte dos bloqueios que travam o crescimento económico.

João Costa Pinto

1. ENQUADRAMENTO

1.1 Enquadramento internacional

Durante o 3º trimestre de 2023, a **Reserva Federal** decidiu um novo aumento da **taxa de juro diretora "FED Funds"** de **25 pontos base** na reunião de julho (para um intervalo de 5,25% a 5,50%), visando atingir os objetivos de máximo emprego e inflação de 2% no longo prazo. Na reunião seguinte, em setembro, a Fed optou por uma nova pausa tal como já tinha feito na reunião de junho. Na habitual declaração foi deixada a mensagem de que a *"extensão dos efeitos"* das condições de crédito mais restritivas sobre a atividade económica, as contratações e a inflação *"permanece incerta"*, mantendo-se o comité de política monetária *"muito atento aos riscos de inflação"*..

No mesmo período, o **Banco Central Europeu (BCE)** decidiu dois novos aumentos na taxa de juro referência, cada um de 25 pontos base (nono e décimo consecutivo), com a taxa central ("refi") a passar para 4,5% (em 20 de setembro), que constitui um máximo desde 2008. Estes aumentos têm em vista a prossecução da estabilidade dos preços na zona euro (meta de inflação de 2% no médio prazo), sendo de assinalar que a taxa de referência do BCE é ainda mais baixa que a taxa de juro diretora da Fed, que começou a atuar mais cedo e com maior intensidade. Assinala-se ainda a atualização das **projeções** macroeconómicas do BCE em setembro. As projeções para **inflação** na Área Euro foram revistas ligeiramente em alta para 5,6% em 2023 (face a 5,4% em junho de 2023) e 3,2% em 2024 (face a 3,0%), realçando o continuo aumento dos preços dos produtos alimentares e dos serviços, nomeadamente férias e viagens. A recente aceleração dos preços dos produtos energéticos também mereceu um destaque. Quanto ao **crescimento económico**, a projeção para 2023 foi revista novamente em baixa para 0,7% (após 0,9% em junho e 1,0% em março) e para 2024 em 1,0% (após 1,5% e 1,6%). Este menor otimismo tem em conta uma procura interna abaixo do esperado anteriormente, revelando assim os efeitos da política monetária restritiva do BCE, nomeadamente no investimento das empresas. O arrefecimento da economia da área euro estará também relacionado com uma redução do comércio internacional. A indústria transformadora está a enfrentar dificuldades e até o setor dos serviços já começa a enfraquecer, contudo o BCE acredita que com o tempo, um menor aumento dos preços e rendimentos mais elevados deverão suportar uma recuperação da economia. Relativamente ao mercado de trabalho, o desemprego mantém-se num mínimo histórico na área euro, embora se verifique que já estão a ser criados menos postos de trabalho, mesmo nos serviços.

O **Banco Central de Inglaterra** fez um aumento e uma pausa na **taxa de juro referência** em agosto e setembro, passando de 5,0% em junho para 5,25% em agosto e mantendo-se em setembro.

Em agosto, o **Banco Central da China** desceu a taxa de juro referência para 3,45% (estava em 3,55% desde junho) e manteve esse valor em setembro.

O **mercado imobiliário na China** continua a atravessar um momento delicado, com duas das maiores construtoras (Country Garden e Evergrande) a atravessarem enormes dificuldades para suportarem as suas obrigações financeiras. A Bloomberg destaca que até 5 de setembro de 2023, 34 das 50 maiores empresas imobiliárias chinesas entraram em incumprimento de crédito.

No dia 01/08, a **Fitch** baixou o **rating da dívida dos EUA** para AA+, justificando este corte com o agravamento das condições orçamentais para os próximos anos e com as constantes divergências sobre a revisão do limite da dívida que este ano quase levou a maior economia do mundo a entrar em default.

O BCE e a Comissão Europeia preveem uma contração na **economia alemã** de 0,4%, já a OCDE está ligeiramente mais confiante e aponta para um decréscimo real do PIB em 0,2%.

Em setembro, no habitual [discurso sobre o Estado da União](#), Ursula von der Leyen abordou temas como o pacto ecológico europeu, a economia assuntos sociais e competitividade, o digital e inteligência artificial, a política externa, migração e segurança e por último a situação da Ucrânia.

No dia 7 de outubro, o **Hamas fez um ataque surpresa** contra Israel, que desencadeou uma onda de ataques entre ambos os países. O efeito desta instabilidade no médio oriente já se faz sentir nos preços internacionais do petróleo, podendo surgir um agravamento com o escalar do conflito.

1.2 Enquadramento nacional

No dia 09/08, o Banco de Portugal propôs reduzir para metade o valor a adicionar ao indexante de taxa de juro na simulação de um cenário extremo que os bancos estão obrigados a realizar para garantir que o mutuário mantém um esforço de serviço da dívida total no seu rendimento líquido que não exceda 50%, na [concessão de novo crédito](#).

No dia 22/09, a Comissão Europeia aprovou a [reprogramação do PRR](#).

De acordo com o [relatório de monitorização do PRR](#) do dia 11 de outubro, a taxa de execução situa-se nos 16%, sendo que da dotação total (16.644 milhões de euros), 14.371 milhões de euros foram aprovados e 2.673 milhões de euros foram pagos.

No 2º trimestre de 2023, o [Licenciamento e conclusão de edifícios](#) manteve a tendência decrescente. *Os edifícios licenciados para construções novas decresceram 10,4% (-10,2% no 1º trimestre de 2023; +0,9% em relação ao 2º trimestre de 2019). O licenciamento para reabilitação diminuiu 10,4% (-9,8% no 1º trimestre de 2023; -23,4% em relação ao 2º trimestre de 2019).*

Em agosto, a prestação média do [crédito à habitação](#) aumentou 41,4% em termos homólogos, para 379 euros, mais 9 euros do que em julho e mais 111 euros que em agosto de 2022. A taxa de juro nos contratos de crédito à habitação foi a mais elevada desde março de 2009 (4,089%).

Ainda em agosto, o [índice de produção industrial](#) diminuiu 4% face ao período homólogo do ano anterior, mantendo a trajetória de queda desde março.

Segundo os dados do Eurostat, disponibilizados em setembro e referentes a 2022, em média cada português entre os 20 e os 64 anos trabalha 39,9 horas por semana, bem acima da média da União Europeia (37,5). Na Grécia é onde a [carga de trabalho semanal](#) é maior, cerca de 41 horas, pelo contrário na Holanda é a menor apenas 33,2 horas.

A banca portuguesa continua a revelar sinais de estabilidade, com a Fitch a subir o rating à [Caixa Geral de Depósitos](#) (de BBB- para BBB) e [Millennium BCP](#) (de BB+ para BBB-).

A Fitch subiu o [rating da dívida soberana portuguesa](#), de BBB+ para A-, refletindo entre outros aspetos, a gestão da dívida pública, a melhoria do saldo orçamental e o crescimento económico registado.

A Ernest Young, divulgou a edição de 2023 do [EY Attractiveness Survey Portugal](#), onde explora as tendências recentes do **IDE** em Portugal. *“Com 248 projetos de IDE registados em 2022, Portugal atingiu o 6º lugar dos principais destinos de investimento na Europa, subindo dois lugares no ranking europeu face ao ano anterior e crescendo 24% face a 2021 e 61% face a 2020”.*

No dia 10 de Outubro, o governo divulgou a Proposta de [Orçamento do Estado para 2024 \(POE\)](#). Depois de, em 2023, se perspetivar um excedente de 0,8% do PIB (quando o OE previa um défice de 0,9%), a POE prevê para 2024 um novo excedente de 0,2% do PIB. Destaca-se a diminuição das taxas marginais de IRS até ao 5º escalão, a atualização dos escalões de IRS à taxa de 3% e medidas de apoio à retenção e qualificação dos jovens, nomeadamente isenções no âmbito do IRS ou devolução de propinas. No entanto, prevê-se um significativo aumento dos impostos indiretos (mais 0,6 p.p. do PIB), que mais que compensa o impacto das medidas relativas ao IRS (que se reflete na diminuição de 0,4 p.p. do PIB dos impostos diretos). Desta forma, prevê-se um aumento da carga fiscal sobre a economia de 0,2 p.p. em relação a 2023. Depois de, para 2023, se perspetivar um desvio de 1208 M de euros de investimento público que ficará por executar, a Proposta de OE prevê para 2024 o que investimento público aumente para 3,3% do PIB (menos do que os 3,5% previstos no OE para 2023).

2. ATIVIDADE ECONÓMICA GLOBAL

2.1 PIB e outros indicadores de atividade

Quadro 2.1.1: PIB e componentes de despesa						
	2021	2022	3T 22	4T 22	1T 23	2T 23
PIB						
Tvcr (%)	5,5	6,7	0,3	0,3	1,6	0,0
Tvhr (%)	5,5	6,7	4,8	3,2	2,5	2,3
Componentes de despesa: tvhr, %						
Consumo Final (% do valor do PIB 2022: 81,7%)	4,6	4,9	3,4	2,5	1,2	1,3
Consumo Privado (64,0%), do qual:	4,7	5,8	4,4	2,8	1,5	1,4
Bens alimentares (12,1%)	1,3	-2,3	-1,3	-3,0	0,3	1,5
Bens duradouros (5,6%)	3,6	11,6	14,4	7,8	11,1	9,0
Bens correntes não alim., serviços (44,5%)	5,9	7,5	4,9	3,8	0,6	0,4
Consumo Público (17,9%)	4,6	1,7	-0,3	1,4	0,2	1,1
FBC (20,7%), da qual:	10,1	3,3	1,7	1,0	-4,5	-0,6
FBCF (20,3%)	8,7	3,1	2,8	2,2	0,3	1,0
Recursos biológicos cultivados (0,2%)	1,6	1,3	1,4	1,5	1,5	1,6
Outras máq. e eq., sist. Armamento (4,2%)	13,1	5,7	13,0	3,0	4,4	1,5
Eq. de transporte (1,3%)	7,5	9,4	0,6	10,2	21,5	8,6
Construção (11,2%)	5,5	0,9	-1,0	0,1	-5,8	0,0
Produtos de propriedade intelectual (3,4%)	12,9	3,3	1,1	3,8	2,1	0,0
Exportações (50%)	13,4	16,6	16,3	7,6	10,1	4,3
Bens (33,9%)	11,2	8,6	11,5	4,1	5,3	0,8
Serviços (16,1%)	19,6	37,7	27,8	15,1	20,0	12,0
Importações (52,6%)	13,2	11,1	11,7	5,4	4,5	1,3
Bens (44,0%)	12,9	10,0	11,5	5,2	4,0	1,6
Serviços (8,6%)	15,1	17,2	12,9	6,3	7,2	0,0
Contributos para a tvhr do PIB (p.p.)						
Procura Interna	5,8	4,7	3,2	2,2	0,1	1,0
Exportações líquidas	-0,3	2,0	1,6	0,9	2,4	1,4

Fonte: INE, Contas nacionais (SEC 2010). Tvc(h)r = taxa de variação em cadeia (homóloga) real; p.p.=pontos percentuais; FBC(F)=Formação Bruta de Capital (Fixo).

No segundo trimestre, o crescimento em cadeia do PIB, em termos reais, estagnou (0,0%), fruto do contributo negativo da procura externa líquida (-0,4%), em consequência da diminuição das exportações, que acabou por anular o contributo do aumento da procura interna (0,4%), refletindo a aceleração do consumo privado e uma diminuição menos intensa do investimento.

Segundo as contas nacionais trimestrais divulgadas pelo INE, "O Produto Interno Bruto (PIB), em termos reais, registou uma variação homóloga de 2,3% no 2º trimestre de 2023 (2,5% no trimestre anterior). O contributo positivo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB diminuiu para 1,4 pontos percentuais (p.p.) (2,4 p.p. no trimestre precedente), observando-se uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviços em volume mais acentuada que a das

Importações de Bens e Serviços. No 2º trimestre, o deflator das importações registou uma taxa de variação homóloga negativa, reduzindo-se significativamente face ao observado no trimestre anterior, determinando um aumento expressivo dos ganhos dos termos de troca, apesar do abrandamento do deflator das exportações. Por sua vez, o contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB aumentou, passando de 0,1 p.p. no 1º trimestre de 2023, para 1,0 p.p., verificando-se uma redução menos pronunciada do investimento e um ligeiro abrandamento do consumo privado.

O **VAB** em volume cresceu 2,5% no 2º trimestre de 2023 (após 3,1% no 1º trimestre), com trajetórias distintas nos diferentes **ramos**. Os ramos **"Transportes e Armazenagem, Informação e Comunicação"** e **"Comércio e reparação automóvel, Alojamento e Restauração"** registaram as evoluções homólogas mais expressivas (7,3% e 6,3%, respetivamente). Por outro lado, **"Indústria" (-3,6%)** e **"Agricultura, Silvicultura e Pesca" (-1,1%)** evoluíram de forma negativa no último trimestre em análise.

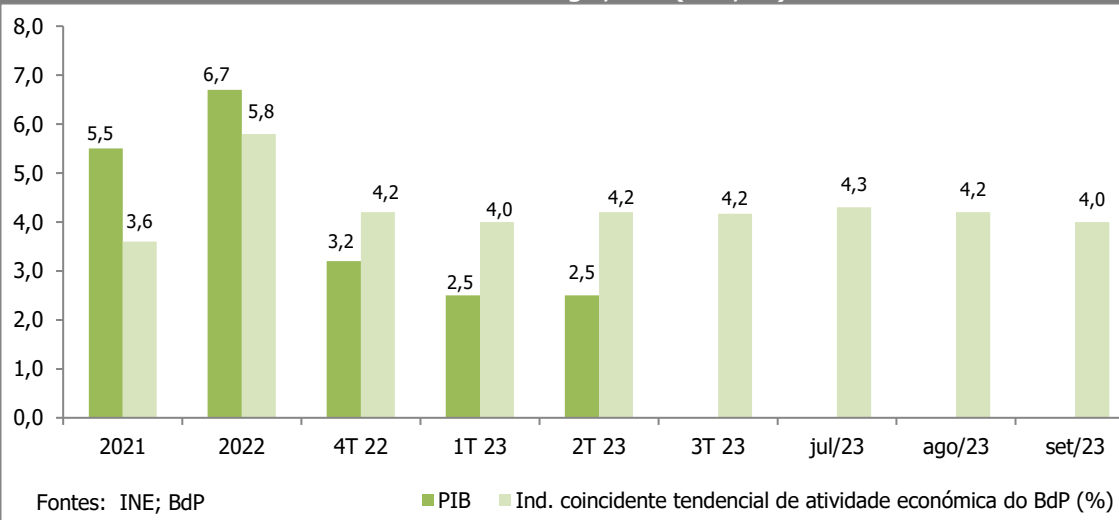
Quadro 2.1.2: VAB por ramos

	2021	2022	3T 22	4T 22	1T 23	2T 23
VAB total e por ramos (tvhr, %)*	4,9	6,1	4,5	3,8	3,1	2,5
Agricultura, Silvicultura e Pesca (peso no VAB 2022: 2,2%)	5,8	-2,9	-4,3	-3,3	-2,4	-1,1
Indústria (14,7%)	6,9	2,7	1,5	0,5	-0,2	-3,6
Energia, Águas e Saneamento (2,8%)	2,1	0,8	0,5	0,4	2,1	0,3
Construção (4,6%)	4,6	0,9	-0,6	0,4	-3,2	0,8
Comércio e rep. aut, Aloj. e Restauração (19,0%)	6,1	16,7	12,0	9,5	9,7	6,3
Transp. e armazen., Inf. e comunicação (9,2%)	8,0	12,1	12,3	8,2	7,3	7,3
Ativ. Financeira, Seguradora e Imobiliária (17,3%)	2,0	1,3	0,2	1,4	0,1	0,9
Outros Serviços (30,3%)	4,3	5,3	3,6	3,4	2,4	3,1

INE, Contas nacionais (base 2016, SEC 2010). Tvhr=taxa de variação homóloga real; VAB=Valor Acrescentado Bruto. *VAB a preços base (sem impostos líquidos de subsídios).

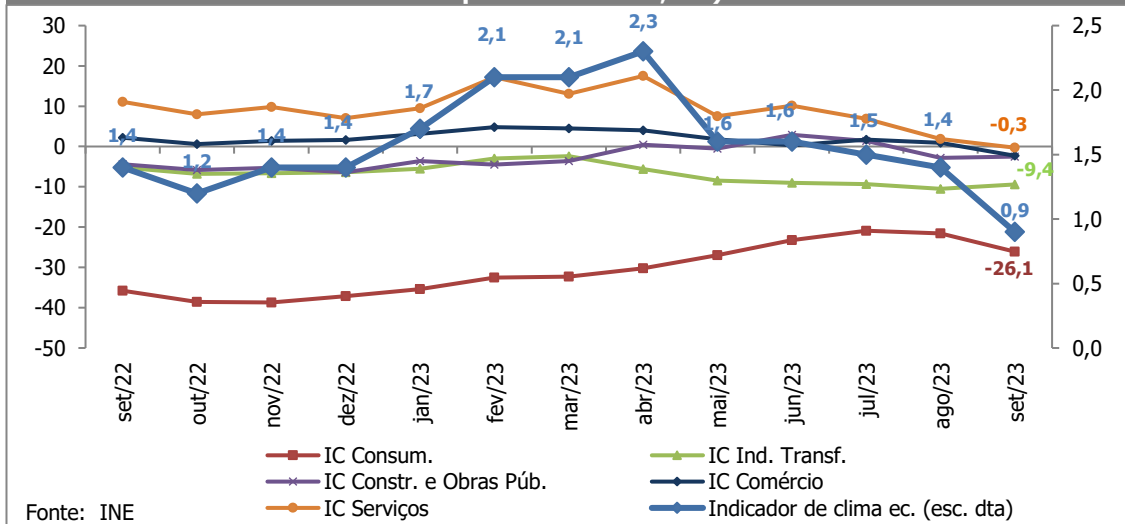
De acordo com dados revistos, o **indicador coincidente do Banco de Portugal** para a **evolução homóloga tendencial da atividade** manteve-se nos 4,2% no 3º trimestre, sugerindo uma estabilização da taxa de crescimento do PIB. Já o indicador análogo do **consumo privado** registou uma melhoria no 3º trimestre (3,1% face a 2,9% no 2º trimestre de 2023).

Figura 2.1.1: PIB e Indicador Coincidente para a evolução homóloga tendencial de atividade do Banco de Portugal, BdP (tvhr, %)



Os dados mais prospetivos do **indicador de clima do INE** apontam para uma ligeira diminuição do dinamismo da atividade económica nos próximos meses. O indicador subiu em junho, mas caiu entre julho e setembro (atingindo o valor mínimo desde abril de 2021), refletindo o recuo dos indicadores de confiança dos **Consumidores, do Comércio** e dos **Serviços** (estes dois últimos indicadores atingiram os valor mínimos desde março e maio de 2021, respetivamente).

Figura 2.1.2: Indicador de Clima Económico (tvh) e Indicadores de Confiança, IC (saldo de respostas extremas, sre)



2.2 Projeções macroeconómicas nacionais e internacionais

Projeções para Portugal

Quadro 2.2.1: Projeções económicas para Portugal

	FMI Out-23			CFP Set-23			BdP Out-23				Governo Out-23		
	2022	2023	2024	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024
PIB (tvar, %)	6,7	2,3	1,5	2,2	1,6	1,8	6,8	2,1	1,5	2,1	6,8	2,2	1,5
Consumo privado				1,5	1,2	1,5	5,6	1,0	1,3	1,6	5,6	1,1	1,1
Consumo público				1,2	1,1	1,1	1,4	1,2	1,2	0,8	1,4	2,0	2,3
FBCF				0,6	3,7	4,7	3,0	1,5	5,0	5,0	3,0	1,3	4,1
Exportações				5,4	2,5	2,9	17,4	4,1	2,1	3,9	17,4	4,3	2,5
Importações				2,8	2,9	3,4	11,1	1,3	3,4	3,9	11,1	1,8	3,2
Contributos brutos para a tvar do PIB (p.p.)													
Exportações líquidas (do total de importações)				1,1	-0,2	-0,2					4,4	1,0	1,8
Procura Interna				1,1	1,8	2,0					2,4	1,2	-0,3
Emprego (tva, %)	2,1	0,7	0,6	1,2	0,3	0,1	1,5	0,8	0,2	0,4	1,5	1,1	0,4
Taxa de desemprego (%)	6,1	6,6	6,5	6,4	6,3	6,2	6,0	6,5	6,7	6,9	6,0	6,7	6,7
Inflação (tva do IHPC, %)	8,1	5,3	3,4	5,2	2,8	2,2	8,1	5,4	3,6	2,1	8,1	5,3	3,3
Bal. Corr. e de capital (% PIB)				3,0	2,5	1,9	-0,2	3,0	2,7	3,0	-0,4	3,8	1,8
Balança corrente (% PIB)	-1,2	1,3	1,1								-1,3	1,4	0,1
Bal. de bens e serviços (% PIB)				1,0	0,9	0,7	-1,9	1,1	0,6	0,8	-2,4	1,2	0,9
Bal. de bens (% PIB)													
Saldo orçamental (% PIB)	-0,4	-0,2	-0,1	0,9	0,8	0,6					0,8	0,2	
Dívida pública bruta (% PIB)	113,9	108,4	104,0	104,7	100,3	96,5					112,4	103,0	98,9

Fontes: [FMI Outlook October 2023](#) ; CFP, [CFP Projeções Macroeconómicas Setembro 2023](#); Banco de Portugal, BdP, [Boletim Económico - Outubro 2023](#); Governo, [Relatório Orçamento do Estado 2024](#). Tva = taxa de variação anual; tvar= taxa de variação anual real; p.p.= pontos percentuais. *Contributo de cada componente expurgada do respetivo conteúdo importado (lógica de valor acrescentado nacional), uma abordagem diferente da tradicional (contributos brutos), em que a procura interna inclui importações e a procura externa líquida deduz as importações às exportações totais.

Em outubro, o **Banco de Portugal** (BdP) reviu em baixa as **projeções de crescimento económico** para 2,1% em 2023, 1,5% em 2024 e 2,1% em 2025, valores genericamente menos otimistas do que os divulgados pelo FMI no mesmo mês para 2023 (2,3%) e em linha com as projeções da mesma instituição para 2024 (1,5%). A economia portuguesa começa a dar sinais de desaceleração fruto de fatores como a quebra do crescimento económico nos principais clientes externos, os efeitos da inflação e a política monetária restritiva levada a cabo pelo BCE.

Segundo o BdP, a revisão em baixa do crescimento económico deve-se à inclusão de dados mais recentes das contas nacionais, assim como a perspetiva de uma menor atividade económica no segundo semestre, particularmente uma **desaceleração das exportações**.

Ainda assim, serão as **exportações** a puxar pelo PIB em 2023, tratando-se da única componente na ótica da despesa a crescer acima do PIB. Para os anos seguintes prevê-se que seja o

investimento o principal motor da economia, devido entre outros fatores, à execução dos fundos comunitários europeus.

Relativamente ao **mercado de trabalho**, o BdP prevê um abrandamento do emprego em 2024 (recuperando um pouco em 2025) e um aumento da taxa de desemprego para 6,5% em 2023, 6,7% em 2024 e 6,9% em 2025, ou seja, um aumento de 0,4 p.p. nos próximos 2 anos.

Na **balança de bens e serviços**, as previsões apontam para saldos positivos a partir de 2023.

Segundo o Governo, a **dívida pública** deverá cair consideravelmente em percentagem do PIB, fruto do crescimento do PIB nominal e dos saldos primários positivos esperados para 2023 e 2024.

Abaixo se transcrevem os **principais destaques** do [Comunicado do Boletim Económico de outubro de 2023 do Banco de Portugal](#).

*"A economia portuguesa cresce 2,1% em 2023. Após o dinamismo do início do ano, a atividade estagnou no segundo e terceiro trimestres e deverá manter um crescimento baixo até ao final do ano. O **abrandamento económico** reflete o menor dinamismo nos principais parceiros comerciais, os efeitos da inflação e a maior restritividade da política monetária. Para 2024 e 2025, projetam-se crescimentos de 1,5% e 2,1%. A economia portuguesa continuará a apresentar um crescimento baseado no investimento e nas exportações, convergindo com a área do euro.*

*A **inflação** diminuiu nos últimos meses. A tendência descendente irá manter-se, com o índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) a crescer 5,4% em 2023, 3,6% em 2024 e 2,1% em 2025, um valor consistente com o objetivo de estabilidade de preços do Banco Central Europeu (BCE).*

*O **consumo privado** terá aumentos inferiores ao crescimento económico. Este comportamento beneficia de ganhos do rendimento disponível real, resultantes da moderação dos preços e do aumento do emprego e dos salários, mas é limitado pela subida das taxas de juro. Complementarmente, a taxa de poupança deverá aumentar gradualmente para 7,4% em 2025, acima da média pré-pandemia.*

*O **investimento** desacelera este ano, crescendo 1,5%, num quadro de financiamento mais oneroso e abrandamento da procura global. Para 2024-25, projetam-se taxas de variação de 5%, refletindo a aceleração da procura global e da execução dos fundos europeus.*

*O crescimento das **exportações** acompanha a procura externa. Prevê-se um menor crescimento das exportações de serviços com a dissipação da recuperação pós-pandémica do turismo.*

*A **balança corrente e de capital** deverá apresentar excedentes em torno de 3% do PIB em 2023-25, refletindo o aumento das transferências da UE e o retorno a excedentes da balança de bens e serviços.*

O mercado de trabalho refletirá o abrandamento da economia com ganhos no emprego inferiores aos do passado recente. A taxa de desemprego deverá apresentar uma trajetória ligeiramente ascendente, situando-se em 6,9% em 2025.

Os riscos em baixa para a evolução da atividade advêm de um abrandamento mais pronunciado na China e no comércio internacional, de um impacto mais adverso do que o incorporado nas projeções das atuais condições financeiras e de um reforço da restritividade da política monetária. Para a inflação, os riscos de novos choques sobre os preços das matérias-primas ou de uma maior persistência das pressões internas são contrabalançados pela materialização dos riscos em baixa sobre a atividade económica”.

Projeções para a economia mundial e principais mercados

Quadro 2.2.2: Previsões de crescimento económico – mundo e mercados (tvar, %)

	CE, set-23			OCDE, set-23			FMI, out-23		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Mundo				3,3	3,0	2,7	3,5	3,0	2,9
Ec. Avançadas							2,6	1,5	1,4
EUA				2,1	2,2	1,3	2,1	2,1	1,5
Japão				1,0	1,8	1,0	1,0	2,0	1,0
Austrália				3,7	1,8	1,3	3,7	1,8	1,2
Canadá				3,4	1,2	1,4	3,4	1,3	1,6
Reino Unido				4,1	0,3	0,8	4,1	0,5	0,6
UE	3,4	0,8	1,4						
Área Euro	3,3	0,8	1,3	3,4	0,6	1,1	3,3	0,7	1,2
Alemanha	1,8	-0,4	1,1	1,9	-0,2	0,9	1,8	-0,5	0,9
França	2,5	1,0	1,2	2,5	1,0	1,2	2,5	1,0	1,3
Itália	3,7	0,9	0,8	3,8	0,8	0,8	3,7	0,7	0,7
Espanha	5,5	2,2	1,9	2,3	2,3	1,9	5,8	2,5	1,7
Bélgica							3,2	1,0	0,9
Holanda	4,3	0,5	1,0				4,3	0,6	1,1
Ec. em desenvolvimento									
África do Sul				1,9	0,6	1,1			
Argentina				5,0	-2,0	-1,2			
Brasil				3,0	3,2	1,7	2,9	3,1	1,5
Rússia				-2,0	0,8	0,9	-2,1	2,2	1,1
Índia				7,2	6,3	6,0	7,2	6,3	6,3
China				3,0	5,1	4,6	3,0	5,0	4,2
Indonésia				5,3	4,9	5,2	5,3	5,0	5,0
Arábia Saudita				8,8	1,9	3,1	8,7	0,8	4,0
México				3,9	3,3	2,5	3,9	3,2	2,1

Fontes: Comissão Europeia, CE, [Summer 2023 Economic Forecast](#) ; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ,OCDE, [OECD Economic Outlook](#) ; Fundo Monetário Internacional, FMI, [FMI Outlook October 2023](#). Tvar= taxa de variação anual real.

Em outubro, o **FMI** reviu as previsões de crescimento do **PIB mundial** para 3,0% em **2023** e 2,9% em **2024** (que compara com 1,7% e 2,7% nas anteriores projeções intercalares de janeiro). Estes números do FMI vão ao encontro dos apresentados pelo Banco Central Europeu em setembro.

Num **cenário** de enormes incertezas, para 2023, o FMI projeta um abrandamento nas economias avançadas, de 2,6% (em 2022) para 1,5% com realce para a evolução nos **EUA** (que deve voltar a crescer 2,1%) e, sobretudo, na **área euro** (de 3,3% para 0,7%).

Para as **economias em desenvolvimento**, realce para a retoma de um maior dinamismo na **China**, com o crescimento real do PIB a passar de 3,0% em 2022 para 5,0% em 2023 e 4,2% em 2024. Também a **Índia**, segundo as mesmas projeções, apresentará valores de crescimento económicos significativos, 6,3% em 2023 e 2024. A Rússia, apesar do impacto da invasão da Ucrânia e das sanções económicas do Ocidente, deverá crescer já em 2023 (2,2%).

2.3 Constituições, dissoluções e insolvências de empresas

Nos primeiros nove meses de 2023, a **criação líquida de empresas** aumentou 9,2% em termos homólogos (para 30.272), devido a uma subida dos **nascimentos** (5,6%) e a uma redução dos **encerramentos** (-5,3%), o que levou a um incremento do **rácio de nascimentos por encerramento** (para 4,5, face a 4,0 no mesmo período homólogo).

Contudo, o número de empresas com **processos de insolvência** subiu 18,3% (para 1.441).

Ao nível dos dados por **setor**, de realçar, nos dados dos primeiros nove meses de 2023:

- Nos **nascimentos**, as subidas homólogas de 50,9% nos Transportes, de 17,6% nas Energias e ambiente, de 11,2% no Alojamento e restauração e de 8,5% na Construção. Apenas quatro setores registaram descidas, as maiores das quais nas Atividades imobiliárias (-9,7%), Indústrias (-6,2%) e Tecnologias da informação e comunicação (-5,8%).

- Nos **encerramentos**, as quedas homólogas de 15,7% nos Grossistas, de 11,7% na Construção e 9,2% nos Serviços gerais. Por outro lado, registaram-se aumentos exclusivamente nas Atividades Imobiliárias (6,6%).

- No número de **processos de insolvência**, os aumentos de 62,2% nas Atividades Imobiliárias, de 54,5% nas Tecnologias da informação e comunicação, de 41,3% na Construção e de 39,7% nas Indústrias. Ocorreram ainda quebras significativas na agricultura (-25,0%) e no Alojamento e restauração (-10,2%).

Quadro 2.3.1: Criação líquida de empresas e insolvências

	Jan-Set 22	Jan-Set 23	Var. homóloga	
			%	Nº
Nascimentos de empresas (A)	36 977	39 042	5,6	2 065
Encerramentos de empresas (B)	9 260	8 770	-5,3	-490
Criação líquida de empresas=A-B	27 717	30 272	9,2	2 555
Rácio nascimentos/encerramentos=A/B	4,0	4,5		
Número de empresas com processos de insolvência (C)	1 218	1 441	18,3	223

Fonte: Barómetro Informa D&B. TvH= Taxa de variação homóloga. Notas: A(B) - entidades constituídas no período considerado, com publicação de constituição (encerramento: não são consideradas extinções com origem em procedimentos administrativos de dissolução) no portal de atos societários do Ministério da Justiça; C - Entidades com processos de insolvência iniciados no período considerado, com publicação no portal Citius do Ministério da Justiça.

3. INTERNACIONALIZAÇÃO

3.1 Comércio internacional

Nesta secção são apresentadas as principais tendências das exportações e importações de bens e de serviços, incluindo o cálculo e análise de quotas de mercado das exportações.

3.1.1 Comércio internacional de bens

Saldo da balança de bens

Quadro 3.1.1.1: Saldo da balança de bens						
	2022	Var. homóloga		Jan-Ago 23	Var. homóloga	
	Valor (M€)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Valor (M€)	Valor (M€)	Tvhn (%)
Total						
Exportações (FOB)	78 403	14 784	23,2	52 052	156	0,3
Importações (CIF)	109 486	26 340	31,7	69 872	-1 930	-2,7
Saldo	-31 083	-11 556	59,2	-17 819	2 086	-10,5
Taxa de Cobertura (%)	71,6			74,5		
Intra-UE (27)						
Exportações (FOB)	55 291	9 752	21,4	36 652	168	0,5
Importações (CIF)	76 091	14 793	24,1	51 626	2 641	5,4
Saldo	-20 800	-5 042	32,0	-14 974	-2 473	19,8
Taxa de Cobertura	72,7			71,0		
Extra-UE						
Exportações (FOB)	23 112	5 032	27,8	15 400	-12	-0,1
Importações (CIF)	33 395	11 547	52,8	18 245	-4 571	-20,0
Saldo	-10 283	-6 514	172,8	-2 846	4 559	-61,6
Taxa de Cobertura	69,2			84,4		
Total sem combustíveis						
Exportações (FOB)	71 798	11 850	19,8	48 518	1 335	2,8
Importações (CIF)	91 242	17 711	23,9	61 571	2 753	4,7
Saldo	-19 444	-5 761	42,1	-13 054	-1 418	12,2
Taxa de Cobertura	78,7			78,8		

Fonte: INE. Tvhn = taxa de variação homóloga nominal. M€= Milhões de euros. Ótica do comércio internacional; CIF (*Cost, Insurance and Freight*) significa a inclusão dos custos inerentes ao transporte e seguros das mercadorias e FOB (*Free on Board*) a exclusão desses custos.

No período de janeiro a agosto de 2023, a **dinâmica comercial com o exterior** abrandou fortemente, tendo as exportações de bens registado uma subida homóloga de 0,3% e as importações de bens uma diminuição de 2,7%. Nos mercados **Intra-UE** registou-se uma intensificação das relações comerciais, tanto nas exportações de bens como nas importações, por

outro lado nos mercados **Extra-EU** as importações de bens registaram uma queda de 20,0% e as exportações de 0,1%.

Nos primeiros oito meses de 2023, a taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 74,5%, sendo que se verifica uma relação comercial mais equilibrada com os países **Extra-UE** (84,4%) face aos países **Intra-UE** (71,0%).

Exportações de bens

Quadro 3.1.1.2: Exportações de bens nos 20 principais mercados de 2022						
	2022			Jan-Ago 23		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Espanha	20 562	20,8	5,6	13 300	-1,4	-0,4
França	9 679	16,0	2,1	6 905	7,7	1,0
Alemanha	8 502	21,3	2,3	5 677	1,0	0,1
Estados Unidos da América	5 071	43,0	2,4	3 318	-0,5	-0,6
Reino Unido (GB+Irl. Norte)	3 841	16,2	0,8	2 428	-3,2	-0,2
Itália	3 501	21,5	1,0	2 159	6,1	-0,3
Países Baixos	3 134	26,0	1,0	1 930	-10,3	-0,4
Bélgica	1 887	18,2	0,5	1 365	11,0	0,3
Angola	1 423	49,5	0,7	899	1,2	0,0
Polónia	1 076	17,4	0,3	772	11,0	0,2
Suécia	993	31,3	0,4	686	3,0	0,0
Brasil	919	30,0	0,3	623	8,3	0,1
Turquia	891	43,6	0,4	671	10,5	0,1
Suíça	734	15,5	0,2	520	7,0	0,1
Marrocos	677	-22,0	-0,3	695	55,3	0,5
Irlanda	640	55,2	0,4	387	-14,5	-0,1
China	629	-7,9	-0,1	524	22,4	0,2
Chéquia	582	22,7	0,2	411	10,5	0,1
Roménia	563	28,2	0,2	424	17,6	0,1
Dinamarca	563	9,8	0,1	327	-18,3	-0,1
Subtotal	65 866	21,6	18,4	44 020	0,7	0,6
Total	78 403	23,2	23,2	52 052	0,3	0,3
Intra-UE	55 291	21,4	15,3	36 652	0,5	0,3
Extra-UE	23 112	27,8	7,9	15 400	-0,1	0,0

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor em 2022. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

Considerando os 20 maiores mercados de destino de 2022, nos primeiros oito meses de 2023 contribuíram de forma mais positiva para os resultados da evolução das **exportações de bens**, França (+1,0 p.p.), Marrocos (+0,5 p.p.) e Bélgica (+0,3 p.p.); em sentido oposto, EUA (-0,6 p.p.), Países Baixos (-0,4 p.p.) e Espanha (-0,4 p.p.).

Quanto à desagregação por **grupos de produtos**, de janeiro a agosto de 2023, os maiores contributos vieram de: “Máquinas e aparelhos” (+2,0 p.p.), “Material de transporte” (+1,6 p.p.) e “Alimentação, bebidas e tabaco” (0,7 p.p.). De forma oposta, destacaram-se de forma negativa os contributos de: “Combustíveis e óleos minerais (-2,3 p.p.)”, “Madeira, cortiça, pasta e papel” (-0,9 p.p.) e “Químicos” (-0,6 p.p.).

Quadro 3.1.1.3: Exportações de bens por tipo de produto

Produtos NC8 e respetivos códigos	2022			Jan-Ago 23		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Máquinas e aparelhos: S16 (84-85)	11 156	22,5	3,2	7 937	15,0	2,0
Material de Transporte: S17 (86-89)	9 654	14,9	2,0	6 972	13,5	1,6
Metais: S15 (72-83)	6 792	19,7	1,8	4 452	-4,5	-0,4
Combustíveis e óleos minerais: S5 (27)	6 605	79,9	4,6	3 535	-25,0	-2,3
Madeira, cortiça, pasta e papel: S9 (44-46) e S10 (47-49)	6 100	28,8	2,1	3 601	-11,3	-0,9
Animais vivos, produtos animais e vegetais, e gorduras: S1 (1-5), S2 (6-14), S3 (15)	5 689	24,3	1,7	3 745	1,7	0,1
Plásticos e borracha: S7 (39-40)	5 647	15,8	1,2	3 678	-3,0	-0,2
Químicos: S6 (28-38)	5 177	31,8	2,0	3 342	-7,9	-0,6
Alimentação, bebidas e tabaco, S4 (16-24)	4 399	12,6	0,8	3 175	12,1	0,7
Vestuário: S11 (61-62)	3 531	13,0	0,6	2 328	-3,3	-0,2
Outros	2 963	23,1	0,9	2 073	9,8	0,0
Têxteis: S11 (50-60, 63)	2 561	12,0	0,4	1 626	-8,6	-0,3
Pedra, cerâmica e vidro: S13 (68-70)	2 299	18,9	0,6	1 604	3,4	0,1
Mobiliário: S20 (94)	2 179	13,3	0,4	1 587	13,6	0,4
Calçado: S12 (64-67)	2 171	20,6	0,6	1 452	-1,3	0,0
Produtos minerais exceto combustíveis: S5 (25-26)	1 069	13,3	0,2	656	-9,1	-0,1
Peles e couros S8 (41-43)	411	29,7	0,1	291	8,8	0,0
Total	78 403	23,2	23,2	52 052	0,3	0,3
Total sem combustíveis	71 798	19,8	18,6	48 518	2,8	2,6

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor das importações em 2022. NC8 = Nomenclatura combinada de mercadorias da UE a oito dígitos; M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

Importações de bens

Nos primeiros oito meses de 2023, considerando os 20 maiores mercados de origem de 2022, contribuíram de forma mais positiva para a evolução das **importações de bens**, Espanha (+1,2 p.p.), Irlanda (+0,9 p.p.) e França (+0,7 p.p.); em sentido oposto, contribuíram de forma negativa, EUA (-1,0 p.p.), Nigéria (-0,9 p.p.), Trindade e Tobago (-0,9 p.p.) e Brasil (-0,8 p.p.).

Quadro 3.1.1.4: Importações de bens nos 20 principais mercados de 2022

	2022			Jan-Ago 23		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Espanha	34 963	28,1	9,2	23 421	3,7	1,2
Alemanha	12 077	17,0	2,1	8 100	5,0	0,5
França	6 678	19,8	1,3	4 712	11,2	0,7
China	5 576	41,4	2,0	3 462	-2,3	-0,1
Países Baixos	5 496	23,9	1,3	3 686	1,7	0,1
Itália	5 289	23,5	1,2	3 402	-0,9	0,0
Brasil	4 567	79,2	2,4	2 607	-18,2	-0,8
Estados Unidos da América	3 500	74,8	1,8	1 633	-31,2	-1,0
Bélgica	3 462	34,1	1,1	2 148	-6,8	-0,2
Nigéria	1 940	36,5	0,6	803	-45,3	-0,9
Polónia	1 830	21,1	0,4	1 391	21,7	0,3
Turquia	1 452	23,4	0,3	793	-23,6	-0,3
Índia	1 187	31,0	0,3	694	-17,0	-0,2
Reino Unido (GB+Irl. Norte)	1 164	17,1	0,2	779	6,8	0,1
Argélia	1 066	291,7	1,0	662	14,3	0,1
Suécia	1007	19,8	0,2	597	-6,8	-0,1
Coreia (República da)	919	71,9	0,5	584	-7,5	-0,1
Irlanda	847	5,6	0,1	1 102	153,8	0,9
Azerbaijão	817	53,4	0,3	218	-64,2	-0,5
Trindade e Tobago	770	1099,4	0,8	58	-91,6	-0,9
Subtotal	94 609	31,3	27,1	60 853	-1,5	-1,3
Total	109 486	31,7	31,7	69 872	-2,7	-2,7
Intra-UE	76 091	24,1	17,8	51 626	5,4	3,7
Extra-UE	33 395	52,8	13,9	18 245	-20,0	-6,4

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor em 2022. M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

Quanto à desagregação por **grupos de produtos**, os maiores contributos vieram de: “Material de transporte” (2,5%), “Máquinas e aparelhos” (1,0%) e “Alimentação, bebidas e tabaco” (0,9%); de forma contrária contribuíram os “Combustíveis e óleos minerais” (-6,5%).

Quadro 3.1.1.5: Importações de bens por tipo de produto

Produtos NC8 e respetivos códigos	2022			Jan-Ago 23		
	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)	Valor (M€)	Tvhn (%)	Contributo (p.p.)
Máquinas e aparelhos: S16 (84-85)	18 588	20,2	3,8	12 322	6,0	1,0
Combustíveis e óleos minerais: S5 (27)	18 244	91,7	10,5	8 300	-36,1	-6,5
Químicos: S6 (28-38)	12 110	18,6	2,3	8 134	4,8	0,5
Material de Transporte: S17 (86-89)	11 260	30,8	3,2	8 833	25,9	2,5
Animais vivos, produtos animais e vegetais, e gorduras: S1 (1-5), S2 (6-14), S3 (15)	10 925	29,1	3,0	7 354	3,9	0,4
Metais: S15 (72-83)	9 430	23,1	2,1	5 938	-8,2	-0,7
Plásticos e borracha: S7 (39-40)	6 535	19,0	1,3	4 029	-11,1	-0,7
Alimentação, bebidas e tabaco, S4 (16-24)	4 589	25,2	1,1	3 479	21,4	0,9
Outros	3 676	19,2	0,7	2 462	7,9	0,0
Madeira, cortiça, pasta e papel: S9 (44-46) e S10 (47-49)	3 526	33,6	1,1	2 174	-5,7	-0,2
Vestuário: S11 (61-62)	2 801	36,6	0,9	1 899	10,8	0,3
Têxteis: S11 (50-60, 63)	2 648	17,3	0,5	1 513	-18,2	-0,5
Mobiliário: S20 (94)	1 539	17,4	0,3	1 023	2,9	0,0
Pedra, cerâmica e vidro: S13 (68-70)	1 326	26,8	0,3	904	6,0	0,1
Calçado: S12 (64-67)	1 095	37,1	0,4	714	1,3	0,0
Peles e couros S8 (41-43)	901	41,4	0,3	593	3,2	0,0
Produtos minerais exceto combustíveis: S5 (25-26)	293	20,1	0,1	198	2,4	0,0
Total	109 486	31,7	31,7	69 872	-2,7	-2,7
Total sem combustíveis	91 242	23,9	21,2	61 571	4,7	3,8

Fonte: INE. Tabela ordenada pelo valor das importações em 2022. NC8 = Nomenclatura combinada de mercadorias da UE a oito dígitos; M€= milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais.

3.1.2 Comércio internacional de serviços

O excedente da **balança de serviços** aumentou 32,9% de janeiro a agosto de 2023 (para 19,1 mil milhões de euros), a refletir um aumento das **exportações** (18,7%) superior ao das **importações** (5,1%). Para a melhoria do saldo continuaram a contribuir de uma forma assinalável as exportações de **Viagens e turismo** (20,9%), a rubrica com maior peso (cerca de 50% do total das exportações de serviços).

Quadro 3.1.2.1: Balança de serviços				
	Total de serviços	Dos quais:		
		Transf. rec. materiais; Manut. e reparação	Transportes	Viagens e turismo
Exportações				
- Valores (M€)				
Jan-Ago 23	34 884	839	6 851	17 400
2022	44 647	1 099	9 245	21 141
Jan-Ago 22	29 382	745	5 970	14 397
2021	27 535	874	5 737	10 064
- Tvhn (%)				
Jan-Ago 23	18,7	12,5	14,8	20,9
2022	62,1	25,7	61,1	110,1
Importações				
- Valores (M€)				
Jan-Ago 23	15 742	390	3 812	4 226
2022	22 895	594	7 102	5 533
Jan-Ago 22	14 982	380	4 779	3 625
2021	17 035	487	4 469	3 574
- Tvhn (%)				
Jan-Ago 23	5,1	2,8	-20,2	16,6
2022	34,4	22,1	58,9	54,8
Saldo				
- Valores (M€)				
Jan-Ago 23	19 142	449	3 039	13 174
2022	21 752	505	2 143	15 608
Jan-Ago 22	14 400	366	1 191	10 771
2021	10 501	387	1 269	6 490
- Tvhn (%)				
Jan-Ago 23	32,9	22,7	155,1	22,3
2022	107,2	30,3	68,9	140,5

Fonte: BdP. M€ = milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais; s.s. = sem significado.

3.1.3 Balança de bens e serviços

Quadro 3.1.3.1: Balança de bens e serviços				
	Total de bens e serviços	Bens	Serviços (total)	Dos quais: Viagens e turismo
Exportações				
- Valores (M€)				
Jan-Ago 23	89 936	52 052	34 884	17 400
2022	123 050	78 403	44 647	21 141
Jan-Ago 22	81 278	51 896	29 382	14 397
2021	91 154	63 619	27 535	10 064
- Peso no total de bens e serviços (%)				
Jan-Ago 23	100,0	59,9	40,1	20,0
2022	100,0	63,7	36,3	17,2
Jan-Ago 22	100,0	63,9	36,1	17,7
2021	100,0	69,8	30,2	11,0
Importações				
- Valores (M€)				
Jan-Ago 23	85 614	69 872	15 742	4 226
2022	132 381	109 486	22 895	5 533
Jan-Ago 22	86 783	71 801	14 982	3 625
2021	100 180	83 146	17 035	3 574
- Peso no total de bens e serviços (%)				
Jan-Ago 23	100,0	81,6	18,4	4,9
2022	100,0	82,7	17,3	4,2
Jan-Ago 22	100,0	82,7	17,3	4,2
2021	100,0	83,0	17,0	3,6
Saldo				
- Valores (M€)				
Jan-Ago 23	1 322	-17 819	19 142	13 174
2022	-9 331	-31 083	21 752	15 608
Jan-Ago 22	-5 505	-19 905	14 400	10 771
2021	-9 027	-19 527	10 501	6 490

Fonte: BdP. M€ = milhões de euros; tvhn = taxa de variação homóloga nominal; p.p. = pontos percentuais; s.s. = sem significado. Notas: (i) nos serviços, apenas foram inseridos o total e a componente Viagens e turismo – última coluna da tabela; (ii) balança de bens na ótica do comércio internacional (coincidindo com os valores da tabela 3.1.1.1, cuja fonte é o INE, nos mesmos períodos).

De janeiro a agosto de 2023, a economia portuguesa registou um saldo superavitário na **balança de bens e serviços** (1.322 M€), ao contrário do défice registado no período homólogo do ano anterior (-5,5 mil M€).

No mesmo período, as **exportações de serviços** têm vindo a aumentar a sua relevância na balança de bens e serviços (40,1% vs 36,1% no período homólogo do ano anterior).

A rubrica de **"Viagens e turismo"** volta a destacar-se, aumentando o seu peso no total das exportações de bens e serviços (20,0% vs 17,7% no período homólogo do ano anterior).

4. FINANCIAMENTO

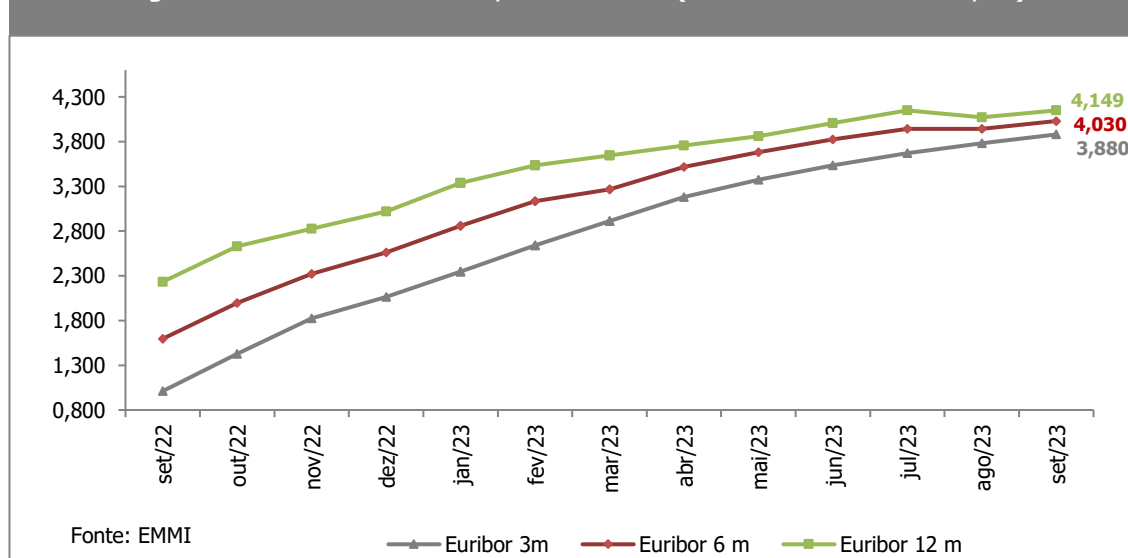
4.1 Taxas de juro

Quadro 4.1.1: Taxas de juro

	2021	2022	1T 23	2T 23	3T 23	Jul-23	Ago-23	Sep-23
Taxas de juro (%)								
Mercado monetário								
Taxa "Refi" do BCE (fim de período)	0,00	2,50	3,50	4,00	4,50	4,00	4,25	4,50
Taxas Euribor (valores médios)								
3 meses	-0,549	0,348	2,632	3,362	3,777	3,672	3,780	3,880
6 meses	-0,523	0,682	3,087	3,674	3,972	3,942	3,944	4,030
12 meses	-0,491	1,100	3,506	3,875	4,124	4,149	4,073	4,149
Dívida soberana: OT (valores médios)								
Yield PT, 10 anos (a)	0,30	2,17	3,22	3,15	3,33	3,23	3,31	3,45
Yield Área Euro, 10 anos	0,06	1,86	3,03	3,07	3,24	3,14	3,21	3,36
Yield Alemanha, 10 anos (b)	-0,37	1,14	2,32	2,36	2,56	2,46	2,55	2,66
Prémio de risco de PT = (a) – (b)	0,67	1,03	0,90	0,79	0,77	0,77	0,76	0,79
Crédito a empresas								
Novas operações até 1 M€ (exclui descobertos bancários)								
Taxa de juro média pond., PT	2,24	2,90	5,10	5,57		5,84	5,98	
Taxa de juro média pond., A. Euro	1,74	2,31	4,29	4,89		5,27	5,33	

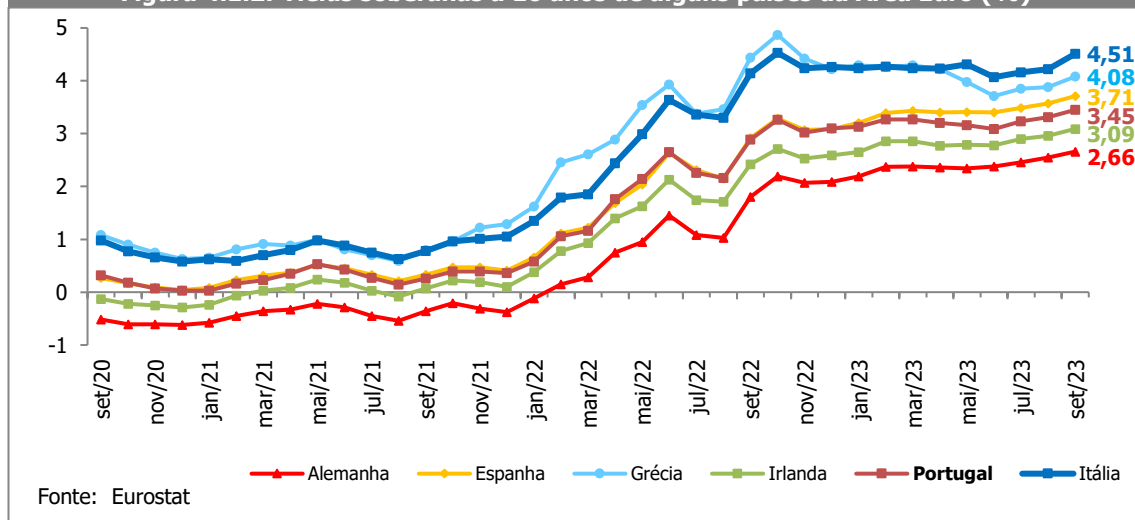
Fontes: EMMI (European Money Markets Institute), BdP, BCE e Eurostat. OT = Obrigações do Tesouro; PT = Portugal; Taxa "Refi" do BCE = taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento do Eurosystem.

Figura 4.1.1: Taxas Euribor a 3, 6 e 12 meses (valores médios mensais, %)



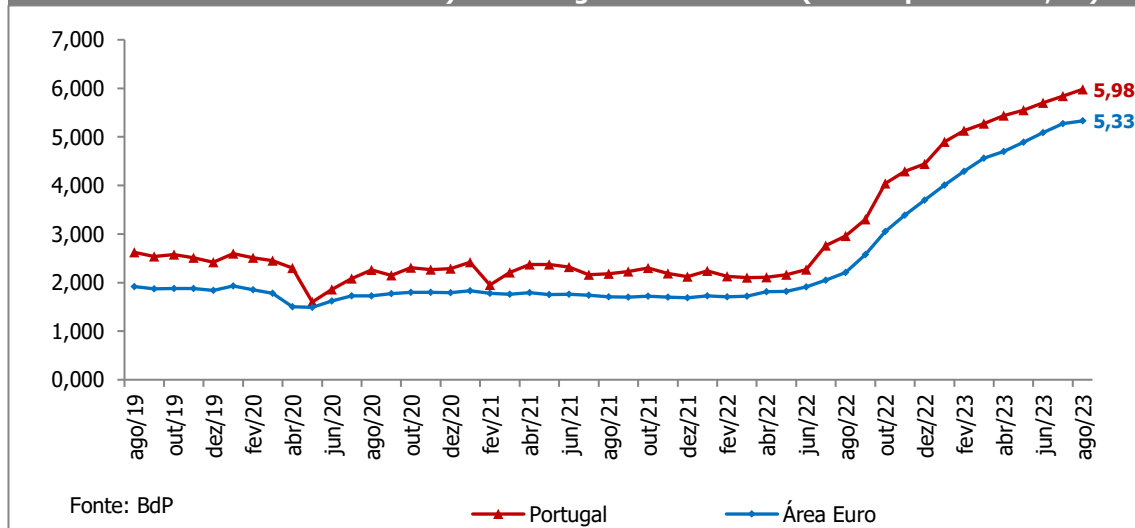
As **taxas Euribor** continuaram a subir no **3º trimestre**, refletindo a subida muito rápida das taxas diretoras do **BCE** para baixar os níveis historicamente elevados de inflação na área euro em direção à meta de 2%.

Figura 4.1.2: Yields soberanas a 10 anos de alguns países da Área Euro (%)



No **mercado secundário de dívida pública**, os dados disponíveis mais recentes revelam uma aceleração das taxas de juro no 3º trimestre, após uma quebra no 2º trimestre, tendo a **yield portuguesa a 10 anos** atingido o pico em setembro de 2023 (3,45%), acompanhando o movimento no resto da Europa, num contexto de menor otimismo comparativamente com o 2º trimestre. No mês de setembro de 2023, a **Yield a 10 anos** de Portugal foi 16ª maior dos 27 países da União Europeia. A evolução das yields irá depender da evolução da inflação, das medidas de política monetária decididas pelo BCE e das questões geopolíticas.

Figura 4.1.3: Taxas de juro de novos empréstimos às empresas não financeiras (até 1 M€, excluindo descobertos bancários) em Portugal e na Área Euro (médias ponderadas, %)



A **taxa de juro a sociedades não financeiras** sobre novas operações até 1 M€ de **Portugal** voltou a subir em julho e agosto de 2023, atingindo valores de 5,84 % e 5,98%. Na área euro a mesma taxa de juro tem vindo a subir também, embora tome valores inferiores, 5,27% e 5,33%, em julho e agosto, respetivamente.

4.2 Crédito

De acordo com informação revista do Banco de Portugal, o **stock de crédito total concedido ao setor não financeiro, exceto Administrações Públicas** (empréstimos, títulos de dívida e créditos comerciais) continuou em abrandamento em **julho** de 2023 (para uma taxa de variação anual, tva, de 0,3%, após 0,7% em junho de 2023, 1,1% em março de 2023 e 3,1% em dezembro de 2022). Para esta evolução contribuiu uma desaceleração do crédito concedido aos **particulares no consumo e afins** e às **sociedades não financeiras privadas**, a queda do crédito concedidos aos **particulares para habitação** e a quebra acentuada às **sociedades não financeiras públicas fora do perímetro das AP**.

Quadro 4.2.1: Agregados de crédito, posição em final de período
(Tva em %, salvo outra indicação)

	2021	2022	Dez-22	Mar-23	Jun-23	Jul-23		Ago-23
						Tva	Mil M€	Tva
Crédito total ao setor não financeiro residente, exceto Ad. Públicas ^(a)	3,4	3,1	3,1	1,1	0,7	0,3	440,6 ^Δ	
- Particulares e emp. nome individual ^(b)	3,4	4,1	4,1	2,2	0,9	0,4	151,6 ^Δ	
- Habitação	4,1	3,4	3,3	1,4	0,0	-0,4		
- Consumo e outros fins	1,4	6,4	6,4	4,3	3,8	3,2		
- Sociedades não financeiras	3,3	2,4	2,4	0,3	0,5	0,2		
- Privadas	3,4	2,3	2,3	0,4	0,6	0,4	289,0 ^Δ	
- Públicas fora do perímetro das AP	-0,4	5,8	5,8	-0,9	-5,3	-6,3	6,8 ^Δ	
Empréstimos das IFM	3,9	2,3	2,3	0,9	-0,4	-0,8 (-0,8*)	342,0*	-0,9 (-0,9*)
- Particulares	3,7	3,4	3,4	2,0	0,8	0,4 (0,3*)	128,5*	0,1 (0,0*)
- Habitação	4,1	3,6	3,6	1,6	0,2	-0,3 (-0,1*)		-0,6 (-0,4*)
- Consumo	2,7	6,3	6,3	6,2	5,4	5,5 (4,0*)		4,5 (3,5*)
- Outros fins	1,5	-2,8	-2,8	-3,3	-3,1	-3,2 (-3,8*)		-2,9 (-3,5*)
- Sociedades não financeiras	4,5	0,9	0,9	-0,9	-2,5	-2,5 (-2,6*)	88,9*	-2,6 (-2,7*)
- Microempresas*	7,7*	6,7*	6,7*	5,9*	2,6*	3,0*		3,5*
- Pequenas empresas*	4,2*	-2,4*	-2,4*	-3,4*	-3,9*	-4,1*		-4,2*
- Médias empresas*	2,1*	-2,3*	-2,3*	-3,1*	-5,1*	-4,9*		-5,3*
- Grandes empresas*	2,1*	0,7*	0,7*	-5,4*	-5,9*	-6,4*		-8,5*
- Sociedades privadas exportadoras*	8,0*	-0,4*	-0,4*	-3,3*	-6,4*	-6,6*		-6,6*
- Administrações públicas	2,1	-2,7	-2,7	-2,0		-3,0 (-3,0*)	98,8* ^(c)	-2,1 (-2,1*)
- IFNM	-0,3	5,7	5,7	10,2	7,3	0,9 (0,9*)	18,6*	7,0 (7,0*)

Fonte: BdP. Dados consolidados (i.e., excluem operações entre entidades do mesmo setor institucional), exceto os assinalados com ^Δ, e com ajustamento de operações de titularização e venda de carteiras, exceto os assinalados com *. Tva = Taxa de variação média anual; IFM = Instituições Financeiras monetárias (inclui o BdP e as Outras IFM, OIFM: bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola e fundos de mercado monetário); IFNM = Instituições financeiras não monetárias (incluem, nomeadamente, instituições financeiras de crédito (IFIC), sociedades financeiras para aquisições a crédito (SFAC), sociedades de leasing e de factoring e sociedades de garantia mútua). ^(a) Endividamento do Setor não financeiro, excluindo as Administrações Públicas, sob a forma de empréstimos, títulos de dívida e créditos comerciais (com base nas estatísticas monetárias e financeiras, da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional, nas contas financeiras, nas estatísticas das administrações públicas, nas estatísticas de títulos e em dados da central de balanços e da central de responsabilidades de crédito); ^(b) Neste caso, os Particulares incluem os empresários em nome individual, além das Famílias e das ISFLSF; ^(c) Administração Central.

Os dados mais recentes do crédito às empresas, relativos ao *stock* de **empréstimos das IFM** – Instituições Financeiras Monetárias (excluindo, assim, o crédito das Instituições Financeiras não Monetárias, IFNM) às **SNF**, mostraram uma quebra em junho, que se manteve em **julho e agravou-se em agosto** (tva de -2,5%, após -2,5% e -2,6%, respetivamente; dados ajustados). Relativamente à dimensão das empresas, em agosto de 2023 face a julho acentuaram-se as quedas nas **pequenas** (-4,2%; dados não ajustados), **médias** (-5,3%) e nas **grandes** (-8,5%). O crédito às **microempresas empresas** continuou a aumentar (3,5%), tendo inclusivamente acelerado face a julho.

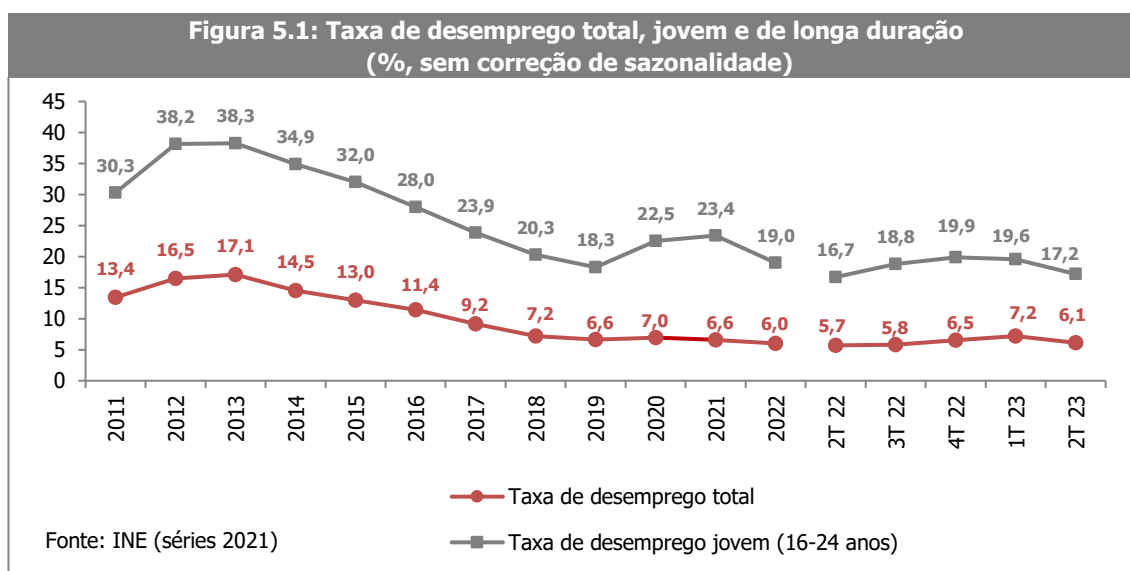
Realce ainda para a intensificação, em agosto, para a queda do *stock* de empréstimos das IFM às **Sociedades privadas exportadoras**, que é superior à registada no conjunto das SNF (-6,6% vs. -2,6%; dados não ajustados).

Nos **Particulares**, prosseguiu o abrandamento do ***stock* de empréstimos** (tva de 0,1% em agosto, após 0,4% e 0,8% em julho e junho, respetivamente; dados ajustados), para isso contribuiu uma desaceleração nos **empréstimos para consumo** e uma queda nos **empréstimos para habitação**.

5. MERCADO DE TRABALHO

Segundo o **INE**, a **taxa de desemprego** diminuiu no **2º trimestre**, em cadeia, para 6,1% após três aumentos consecutivos. Ainda assim este valor é maior do que o registado no trimestre homólogo (5,7%).

A **taxa de desemprego jovem** aumentou no 2º trimestre para 17,2%, em termos homólogos (16,7% no 2º trimestre de 2022) e reduziu em cadeia (19,6% no 1º trimestre de 2023), o que reflete uma enorme dificuldade do país em integrar os trabalhadores mais jovens no mercado de trabalho, sendo a taxa de desemprego jovem quase três vezes superior face à taxa de desemprego total.



Destacam-se abaixo algumas **tendências da evolução homóloga do mercado de trabalho** no **2º trimestre de 2023**.

O aumento homólogo (não influenciado por sazonalidade) da taxa de desemprego traduziu-se no aumento do número de **desempregados** (22,1% com ensino secundário ou pós-secundário, 9,8% com formação até ao ensino básico, em sentido contrário a população desempregada com ensino superior diminuiu 12,1%).

Por sua vez, o número de empregados manteve uma trajetória de crescimento em período homólogo, de 1,6% (10,6% com formação até ao ensino básico, 3,5% com ensino secundário e, em sentido oposto, manteve-se um decréscimo na população empregada com ensino superior 7,5%). O aumento homólogo do emprego teve ainda origem no **setor primário e secundário**, enquanto o **setor terciário registou uma ligeira queda de 0,2%**.

O aumento da **população ativa** em termos homólogos (2,0%) justifica o aumento simultâneo do **emprego** e do **desemprego** e teve como contrapartida uma redução homóloga de -1,3% da **população inativa**.

Quadro 5.1: Inquérito trimestral ao emprego do INE

	2T 22	1T 23	2T 23	Tvh (%)	Tvc (%)
População ativa (10³ indivíduos)	5 200,6	5 305,0	5 303,9	2,0	0,0
Taxa de atividade (%)	59,8	60,8	60,8		
População empregada (10³)	4 901,8	4 924,7	4 979,4	1,6	1,1
- Por nível de qualificação					
Ensino básico: até 3º ciclo	1 723,9	1 924,7	1 907,2	10,6	-0,9
Ensino secundário ou pós-secundário	1 639,0	1 695,5	1 696,1	3,5	0,0
Ensino superior	1 837,7	1 684,8	1 700,6	-7,5	-0,9
- Por setor					
Sector Primário	142,1	141,2	153,7	8,2	8,8
Sector Secundário	1 174,1	1 234,3	1 246,3	6,1	1,0
Sector Terciário	3 585,5	3 549,2	3 579,4	-0,2	0,9
- Trab. por conta de outrem (10³)	4 140,2	4 189,4	4 251,0	2,7	1,5
Com contrato de trabalho sem termo	3 472,0	3 472,7	3 495,0	0,7	0,6
Com contrato de trabalho com termo	556,1	596,6	624,2	12,2	4,6
Outro tipo de contrato	112,1	120,1	131,8	17,6	9,8
- Trabalhadores por conta própria (10³)	722,0	707,5	705,1	-2,3	-0,3
População desempregada (10³)	298,9	380,3	324,5	8,6	-14,7
Ensino básico: até 3º ciclo	122,5	150,5	134,5	9,8	-10,6
Ensino secundário ou pós-secundário	102,4	146,2	125,0	22,1	-14,5
Ensino superior	73,9	83,6	65,0	-12,1	-22,3
Taxa de desemprego (%)	5,7	7,2	6,1		
Homens	5,5	6,9	5,8		
Mulheres	5,9	7,5	6,4		
Jovens (15-24 anos)	16,7	19,6	17,2		
Longa duração (12 ou mais meses)	2,9	2,6	2,6		
Regiões					
Norte	5,5	7,2	6,1		
Centro	5,2	5,6	4,9		
A. M. Lisboa	6,8	8,0	7,0		
Alentejo	4,4	7,2	5,3		
Algarve	5,3	7,2	5,0		
R. A. Açores	5,9	6,2	6,7		
R. A. Madeira	7,3	6,5	6,4		
População inativa (10³)	5 064,3	4 996,5	5 000,9	- 1,3	0,1
Taxa de inatividade (%)	40,9	40,0	40,1		

Fonte: INE. Tvh(c)= taxa de variação homóloga (em cadeia); n.d. = não disponível. Nova série iniciada em 2021.

Por NUTS II, apenas na **R.A. Açores** se verificou um aumento da **taxa de desemprego** face ao 1º trimestre.

É esperado que o mercado de trabalho seja atingido negativamente nos próximos tempos pelo impacto na atividade económica da **política monetária mais restritiva** do BCE, tendo o Banco de Portugal alertado para este risco.

Quanto a **informação mais recente**, destacam-se, nas [Estimativas Mensais do Mercado de Trabalho do INE relativas a Agosto](#) (divulgadas no final de setembro), **os seguintes resultados provisórios**:

- "• A população ativa (5 274,6 mil) diminuiu 0,1% tanto em relação a julho como a maio de 2023, tendo aumentado 1,5% comparativamente a agosto de 2022.*
- A população empregada (4 948,0 mil) registou uma variação relativa positiva em relação ao mês anterior e a três meses antes (0,1%, em ambos) e a um ano antes (1,3%).*
- A população desempregada (326,7 mil) diminuiu em relação a julho (2,2%) e a maio de 2023 (3,4%), tendo aumentado relativamente a agosto de 2022 (3,9%).*
- De modo semelhante, a taxa de desemprego, que se situou em 6,2%, registou um valor inferior ao de julho e ao de maio de 2023 (0,1 p.p. e 0,2 p.p., respetivamente) e superior ao de agosto de 2022 (0,2 p.p.).*
- A população inativa (2 414,8 mil) aumentou em relação ao mês anterior (0,2%) e a três meses antes (0,3%), tendo diminuído relativamente a um ano antes (1,9%).*
- A taxa de subutilização do trabalho situou-se em 11,5%, valor inferior ao do mês anterior (0,1 p.p.) e ao de três meses antes (0,2 p.p.) e igual ao de agosto de 2022."*

6. CUSTOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS

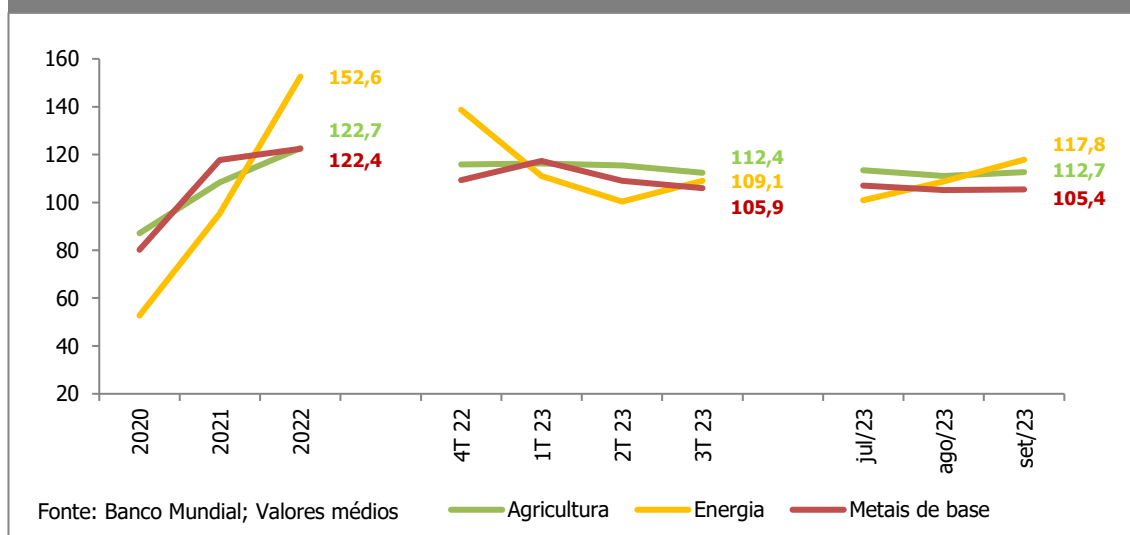
Segundo dados do **Banco Mundial**, no **3º trimestre** observou-se uma diversidade de trajetórias dos principais **índices de preços das matérias-primas**.

O **índice da energia** aumentou 8,7% (variação em cadeia), após uma baixa em três trimestres consecutivos, com um aumento de 2,1% no índice de **gás natural** (-5,0% no índice da **Europa**), uma diminuição de 12,3% no **carvão** (África do Sul) e um aumento de 11,0% no barril de **brent** (que se situou em 86,8 dólares no 3º trimestre e em 94,0 dólares em setembro), refletindo os cortes de produção levados a cabo pela Rússia e pela Arábia Saudita. Os mercados de energia continuam a sofrer os efeitos das perturbações provocadas por questões geopolíticas.

Por outro lado, o **índice de metais de base** caiu 2,9% em cadeia no trimestre; no mesmo sentido o **índice da agricultura** desceu 2,6%.

Por último, o **preço do algodão** atingiu o valor de 2,11 dólares/kg no 3º trimestre de 2023, após 2,07 dólares/kg no 2º trimestre de 2023, quebrando assim uma sequência de quedas no preço do algodão, que vinha desde 2022.

Figura 6.1: Índices de matérias-primas: Agricultura, Energia e Metais de base (2010=100)



7. CUSTOS DA ENERGIA

7.1 Combustíveis

Segundo dados revistos da DGEG (Direção-geral de Energia e Geologia), no 3º trimestre registou-se um aumento dos **preços médios do gasóleo** em **Portugal**, influenciada pelos cortes na produção de petróleo da Arábia Saudita e da Rússia e pelo aumento da instabilidade geopolítica.

O **preço do gasóleo antes de impostos** caiu 22,4% no terceiro trimestre de 2023 face ao período homólogo do ano anterior, aproveitando o governo para reverter a redução temporária do ISP (**peso da tributação** no 3º trimestre de 2023, 46,1% vs 46,0% no 2º trimestre de 2023).

Em **setembro**, os dados mostram uma diminuição do preço do gasóleo, de 12,8% antes de impostos face ao mesmo mês do ano anterior, e uma diminuição de 1,0% no preço de venda final.

Quadro 7.3.1: Preço do gasóleo rodoviário em Portugal e na UE (€/litro)

	2021	2022	4T 22	1T 23	2T 23	3T 23	Set-23
Preço sem impostos*							
Portugal	0,664	1,083	1,105	0,918	0,790	0,896	0,977
Tvh (%)	37,8	63,0	51,0	4,1	-32,3	-22,4	-12,8
Ranking na UE (27)	11º	16º					
UE (27)	0,658	1,098					
Tvh (%)	37,5	66,8					
Preço de venda final*							
Portugal	1,426	1,799	1,761	1,572	1,463	1,662	1,770
Tvh (%)	16,9	26,2	15,8	-7,3	-23,0	-9,1	-1,0
Ranking na UE (27)	7º	13º					
UE (27)	1,358	1,832					
Tvh (%)	17,1	34,9					
Peso da tributação** (%)							
Portugal	53,4	39,8	37,2	41,6	46,0	46,1	44,8
Ranking na UE (27)	5º	13º					
UE (27)	51,5	40,1					

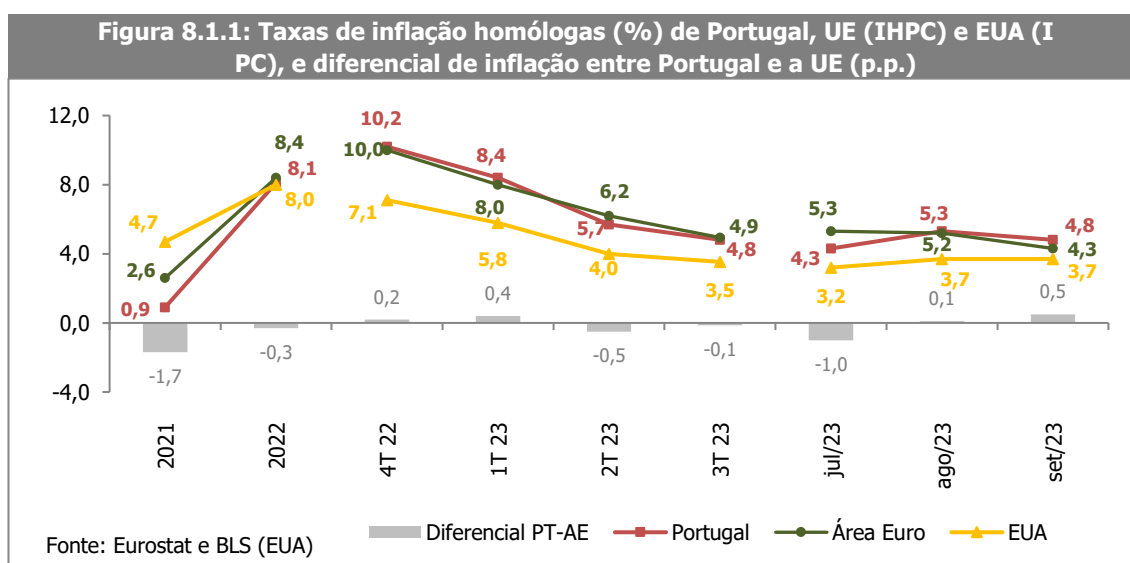
Fonte: DGEG (Direção-geral de Energia e Geologia). Nota: a tributação inclui o IVA (dedutível) e o ISP, do qual estão isentas as instalações CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão) e as empresas abrangidas pelos ARCE (Acordos de Racionalização de Consumos Energéticos) – nº 2 do artº 89 do CIEC. * Preços do gasóleo simples nos dados trimestrais e mensais e preços do gasóleo nos dados anuais. ** Peso da tributação = diferencial entre o preço final do gasóleo e o preço antes de impostos em percentagem do preço final.

8. INFLAÇÃO, CÂMBIOS E COMPETITIVIDADE PELOS CUSTOS

8.1 Inflação e câmbios

A **taxa de inflação** homóloga de **Portugal** (medida pelo IHPC) diminuiu no **3º trimestre** (para 4,8%, após 5,7% no 2º trimestre; 4,8% em **setembro**), mantendo a trajetória descendente que se registou desde o 4º trimestre de 2022, ficando ainda abaixo da **Área Euro**. Contudo, em setembro de 2023, a **taxa de inflação homóloga de Portugal** (medida pelo IHPC) já era superior face à da Área Euro. Nos **EUA**, a trajetória de queda da inflação manteve-se tal como na Área Euro, (aumento de 3,5% no 3º trimestre face a 4,0% no 2º trimestre). Em setembro, a taxa de inflação manteve-se face a agosto (3,7%) e aumentou 0,5 p.p. face a julho.

A pressão sobre os preços continuará a influenciar a **política monetária** levada a cabo pelos diversos bancos centrais, sendo que uma aceleração nos preços poderá inclusive levar a políticas ainda mais restritivas.



A cotação média do **euro face ao dólar** depreciou 0,1% no **3º trimestre** de 2023, após três trimestres consecutivos a apreciar (1,5%, 5,1% e 1,3% nos três trimestres anteriores), ainda assim reforçando o ganho homólogo (de 2,2% para 8,1%). No mês de **setembro**, o euro cotou-se a 1,0684 dólares em média mensal, o menor valor mensal desde dezembro de 2022.

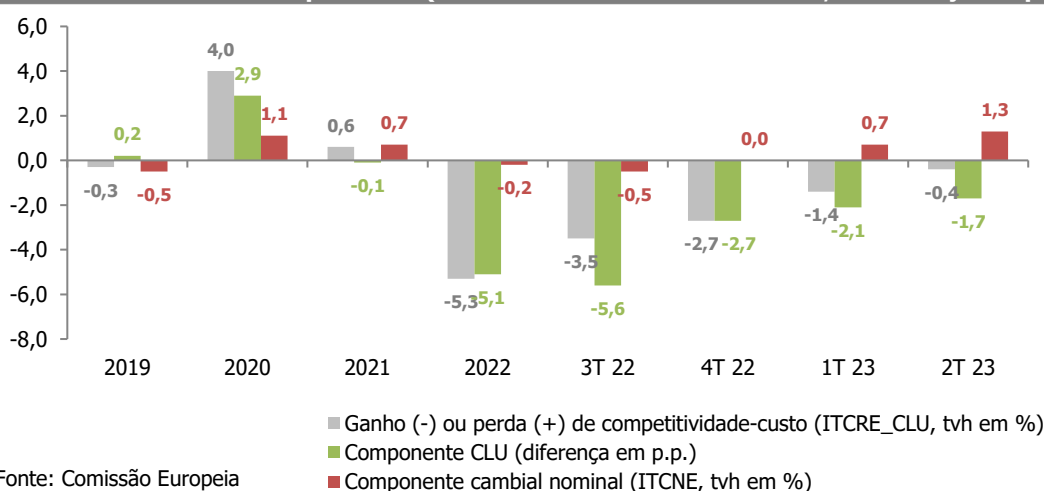
Figura 8.1.2: Taxa de câmbio euro/dólar (média mensal)



Fonte: BdP

8.2 Competitividade pelos custos laborais

O **indicador de competitividade-custo** da economia nacional face aos 37 principais parceiros melhorou novamente no 2º trimestre de 2023 (tvh de -0,4% no índice de taxa de câmbio real efetiva, ITCRE, após -1,4% no trimestre anterior), refletindo essencialmente a continua redução dos **custos unitários relativos** (-1,7%). De forma oposta, a apreciação nominal do euro (1,3%) neste 2º trimestre de 2023, após uma apreciação de 0,7% no trimestre anterior, atenuou a melhoria do **indicador de competitividade-custo**.

Figura 8.2.1: Evolução da competitividade-custo e das componentes cambial e de diferencial de CLU face ao exterior: 37 parceiros (tvh em % do ITCRE e do ITCNE¹, e diferença em p.p.)

¹ ITCRE é o índice de taxa de câmbio real efetiva, medido com o deflator dos custos laborais unitários, CLU, face a 37 parceiros comerciais. ITCNE é o índice de taxa de câmbio nominal efetiva, medido também face a 37 parceiros.

9. AJUSTAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA

9.1 Equilíbrio externo

A **balança corrente e de capital** registou um excedente de 5.142 M€ nos primeiros oito meses de 2023, que compara com um défice de 1.854 M€ no período homólogo de 2022.

A forte melhoria do saldo externo traduziu o aumento do excedente da **balança de capital** (em 950 M€, para 2.048 M€) e sobretudo uma forte melhoria da **balança corrente** (em 6.046 M€, para 3.095 M€), onde se destaca a acentuada subida do excedente da **balança de serviços** (em 4.742 M€, para 19.142 M€). O défice da **balança de bens** (que se reduziu em 1.021 M€, para 15.920 M€) mantém-se inferior ao excedente da **balança de serviços**, tal como nos primeiros cinco meses de 2023.

Quadro 9.1.1: Balanças corrente e de capital (M€)

	2021	2022	Var. hom.	Var. abs.	Jan-Ago 22	Jan-Ago 23	Var. hom.	Var. abs.
Balança Corrente	-1 636	-2 782	70,1%	-1 146	-2 952	3 095	-204,8%	6 046
Bal. de bens e serviços	-5 547	-4 682	-15,6%	865	-2 541	3 222	-226,8%	5 762
Bens	-16 047	-26 434	64,7%	-10 387	-16 941	-15 920	-6,0%	1 021
Serviços	10 501	21 752	107,2%	11 252	14 400	19 142	32,9%	4 742
Rendimentos primários	-1 744	-3 405	95,3%	-1 661	-3 732	-3 752	0,5%	-19
Rend. secundários	5 655	5 305	-6,2%	-350	3 322	3 625	9,1%	303
Balança de Capital	3 707	2 291	-38,2%	-1 416	1 098	2 048	86,5%	950
Bal. corrente e capital	2 071	-491	-123,7%	-2 562	-1 854	5 142	377,4%	6 996

Fonte: BdP. M€= milhões de euros; s.s.=sem significado. Nota: devido a diferenças de natureza metodológica, os saldos da balança de bens neste quadro, na ótica da Balança de Pagamentos, diferem dos do quadro 3.1.1.1, na ótica do comércio internacional (com origem sobretudo nas importações, que se encontram expressas em valores CIF nessa ótica e em valores FOB na ótica da Balança de Pagamentos).

9.2 Contas públicas

De acordo com o [INE](#) “em 2022 o **saldo das Administrações Públicas** (AP) atingiu -779,1 milhões de euros, o que correspondeu a -0,3% do PIB (-2,9% em 2021). A **dívida bruta das AP** terá diminuído para 112,4% do PIB em 2022 (124,5% no ano anterior).”

Segundo as previsões do Governo, BdP, CFP e FMI, a dívida pública deverá cair de forma considerável em percentagem do PIB em 2023 e 2024. O Governo aponta para uma queda do **rácio da dívida pública no PIB para 103% em 2023 e 98,9% em 2024**. Este decréscimo será alavancado pelo crescimento nominal do PIB e pelo saldo primário, tal como descrito no capítulo 2.2.

No primeiro semestre de 2023, o **saldo orçamental** registou um excedente de 1,1% do PIB, em resultado de um maior aumento da receita (8,4%) face ao aumento da despesa (6,6%).

No que se refere aos **valores mais recentes das contas públicas**, nos dados mensais acumulados (da [DGO](#)), em **Contabilidade pública**, destaca-se o **excedente**² de 2,6 mil M€ de **janeiro a agosto de 2023 nas administrações públicas**, que corresponde a uma melhoria de 58 M€ face ao saldo do período homólogo. Nas rubricas da **despesa pública**, o aumento é explicado, principalmente, pelos aumentos das transferências (7,4%), despesas com pessoal (7,6%) e aquisições de bens e serviços (4,7%).

Já nas rubricas da **receita pública**, destaca-se a **receita fiscal** (+4,8%), sendo que os impostos diretos aumentaram 5,3% (com um crescimento do IRS de 11,7% e uma quebra do IRC de 10,8%) e os impostos indiretos 4,3% (com um aumento da receita do IVA de 5,1% e por outro lado, uma redução da receita com o ISP de 1,9%). A receita fiscal continua a ser impulsionada pela inflação.

No [Orçamento do Estado](#) divulgado dia 10 de outubro, destacam-se as previsões para as contas das administrações públicas em 2023 e 2024. No que se refere às **receitas das administrações públicas**, prevê-se um aumento da receita total de 7,5% em 2024 face a 2023, paralelamente a despesa total sobe 9%. A rubrica de **receita fiscal do Estado** deverá aumentar 4,8% em 2024, face a 2023. Para este aumento contribuirá significativamente um crescimento de 8,9% dos impostos indiretos, dos quais se destacam o IABA (+37,3%), o ISP (+13,4%), o Imposto consumo tabaco (+14,7%), IVA (+7,9%), o Imposto sobre veículos (+5,0%) e o Imposto do Selo (+4,6%). O IVA e o ISP deverão representar 65,1% e 13,4%, respetivamente, do aumento dos impostos indiretos. Relativamente aos impostos diretos, não se preveem grandes alterações (+0,1%), sendo que a receita de IRS diminui 0,4% e de IRC aumentará 1,1%. Por último, para

² Ajustado do efeito da transferência da totalidade das responsabilidades asseguradas através do Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos para a Caixa Geral de Aposentações, no valor de 3018,3 milhões de euros.



2023 e 2024, estão previstos **excedentes orçamentais** de 0,8% e 0,2% do PIB, respetivamente.